

# AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO BRASIL: OS DILEMAS DA PRODUTIVIDADE E DA INFORMALIDADE

Larissa de Souza Pereira<sup>1</sup>

Mauro Oddo Nogueira<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Tema presente em muitos debates e em praticamente todas as recentes políticas públicas de desenvolvimento, a importância do universo das pequenas firmas na economia brasileira é incontestável. A magnitude dessa importância pode ser percebida pelo peso das firmas de pequeno porte na economia nacional: segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (Nogueira e Zucoloto, 2017), em 2011 as micro e pequenas empresas (MPEs) – incluindo os empreendedores individuais – representavam 97,8% das firmas registradas no país e eram responsáveis por 54,2% dos postos formais de trabalho.

Entretanto, a despeito dessa importância e de inúmeros esforços no sentido de apoiar o segmento por parte dos governos, muito pouco se avançou ao longo dos últimos anos em um ganho efetivo de produtividade e de melhoria na dinâmica produtiva dessas empresas, implicando a preservação da heterogeneidade produtiva que caracteriza o Brasil. Além disso, na prática, em que pese alguns esforços nesse sentido, o segmento ainda é consideravelmente pouco conhecido e estudado. São essas as motivações que levaram à publicação, pelo Ipea, do livro *Um Pírilampo no Porão: um pouco de luz nos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no Brasil*.<sup>3</sup> O título da obra “reflete” exatamente sua intenção principal: lançar uma pequena luz no espaço “escuro”, quase desconhecido, “subterrâneo”, das empresas de pequeno porte e, principalmente, da economia informal. E é ela que serve de base para o debate proposto nesta edição do *Radar*.

Esta edição do boletim *Radar* tem por objetivo suscitar um debate acerca das possibilidades que o Brasil tem de superar seu atraso econômico e, principalmente, sua profunda desigualdade social. O livro citado sustenta a ideia de que somente com um projeto nacional claramente definido e que coloque as empresas de pequeno porte (formais, informais ou semiformais) como agentes principais da trajetória de desenvolvimento, criando um processo inclusivo baseado em um círculo virtuoso de produção e consumo internos, será possível chegar ao tão alardeado “país do futuro”.

O fato é que há uma importante associação entre a baixa produtividade média da economia brasileira e sua heterogeneidade produtiva (tabela 1), para a qual as MPEs contribuem significativamente (gráfico 1). É fundamental, portanto, serem identificadas as possíveis trajetórias de superação desse quadro, nas quais, necessariamente, as empresas de pequeno porte terão que ocupar um papel central.

**TABELA 1**

Razão entre a produtividade média do trabalho do quartil e a produtividade média do trabalho total da economia brasileira (2002-2009)

Quartil	Nível de produtividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1º	Alto	9,76	9,78	10,01	9,91	9,93	9,57	9,67	9,96
2º	Médio-alto	2,83	2,89	2,80	2,72	2,62	2,53	2,51	2,51
3º	Médio- baixo	1,19	1,18	1,15	1,16	1,13	1,08	1,03	1,01
4º	Baixo	0,48	0,48	0,48	0,48	0,49	0,50	0,50	0,50

Fonte: Nogueira e Zucoloto (2017).

1. Bolsista na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura (Diset) do Ipea. *E-mail*: <larissa.pereira@ipea.gov.br>.

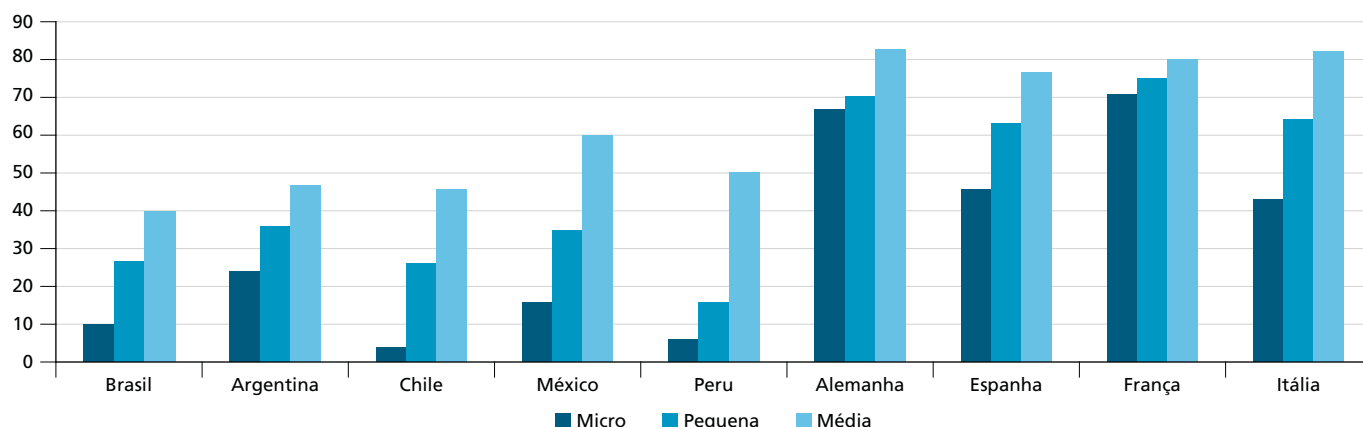
2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diset do Ipea. *E-mail*: <mauro.oddo@ipea.gov.br>.

3. NOGUEIRA, Mauro Oddo; ZUCOLOTO, Graziela Ferrero. *Um pírilampo no porão: um pouco de luz nos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no Brasil*. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/8ayz1D>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

**GRÁFICO 1**

Produtividade relativa em países selecionados da América Latina e da OCDE

(Em %; produtividade das grandes empresas = 100%)



Fonte: Nogueira e Zucoloto (2017).

Nesse contexto, não pode permanecer no “escuro” – ou seja, com seu conjunto de atributos praticamente desconhecido – um componente que possui peso significativo na nossa economia, quer seja na participação no produto interno bruto (PIB), quer seja na participação no emprego: a informalidade. A dimensão dessa parcela da nossa vida econômica pode ser aquilatada pela tabela 2. Do mesmo modo, o grau de desconhecimento em relação ao segmento fica evidenciado pela discrepância das estimativas na literatura.

**TABELA 2**

Participação da economia informal no PIB

(Em %)

Local	Fonte	Período	2003	2004	2005	2006	2007	(...)	2013	Variação anual média (%)
Brasil	Hallak <i>et al.</i> (2012)	2000 a 2007	24,3	22,9	22,4	21,6	21,4	-	-	-3,36
	Etco (2014)	2003 a 2013	21,0	20,9	20,4	20,1	19,4	-	16,2	-2,57
	Schneider <i>et al.</i> (2010)	1999 a 2007	39,6	38,6	38,4	37,8	36,6	-	-	-1,35
OCDE	Schneider <i>et al.</i> (2010)	1999 a 2007	17,3	17,1	17,0	16,8	16,6	-	-	-0,80

Fonte: Nogueira e Zucoloto (2017).

É, provavelmente, esse desconhecimento que faz com que o segmento das empresas de pequeno porte seja tratado como um conjunto único, as “micro e pequenas empresas” – algumas vezes com a inclusão das médias: MPMEs –, quando uma de suas principais características é a heterogeneidade. Por isso, no livro, os autores sugerem também a implementação de um modelo de representação baseado nos “níveis de maturidade organizacional” das MPMEs. Este critério agregaria práticas de gestão e outras características gerais das empresas, possibilitando o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas às necessidades específicas – e muito distintas – de cada empresa. A adoção de uma sistemática como essa torna-se mais relevante ao se considerar que os esperados transbordamentos schumpeterianos dos processos inovativos pressupõem um ambiente econômico que seja capaz de absorver e disseminar de forma efetiva essas inovações. Entretanto, a precariedade dos processos produtivos e gerenciais da grande massa das firmas de pequeno porte no Brasil constitui-se em uma notável barreira para tais transbordamentos. Portanto, é imprescindível que sejam elaboradas políticas capazes de produzir impactos sistêmicos na economia, especialmente no que diz respeito aos processos produtivos e organizacionais dessas empresas, priorizando sua modernização e tendo em conta as necessidades específicas de empresas similares.

É diante dessa realidade que o livro *Um Pirilampo no Porão* advoga a necessidade da formulação de um “projeto nacional” de desenvolvimento, no qual as firmas de pequeno porte tenham centralidade e permitam o florescimento de um mercado interno forte, capaz de sustentar o crescimento econômico e promover a igualdade social.

A partir dessas premissas, os autores dos trabalhos deste boletim avançam no debate, trazendo valiosas novas contribuições. A seguir, apresentamos uma síntese de cada um dos artigos deste boletim e sua relação com a obra citada.

## 2 PARA ONDE FOI TODO O DESENVOLVIMENTO?

Partindo dos pressupostos de que a produtividade média do trabalho no Brasil é inferior à observada nos países centrais e de que as diferenças dessa produtividade entre setores e intrasetores mantêm-se elevadas ao longo do tempo, interpreta-se que o país vive uma condição que se enquadra no conceito cepalino da heterogeneidade estrutural. A partir desta constatação, o segundo capítulo do livro (*O dilema das galinhas – a questão da baixa produtividade da economia*) apresenta uma análise do comportamento da produtividade sistêmica e da participação das MPes na sua configuração.

É este referencial que serve de base para o autor do texto, Sandro Sacchet de Carvalho, analisar e discutir os modelos de desenvolvimento até hoje adotados pelo país. Em seu trabalho, são apresentadas as premissas das teorias de desenvolvimento sugeridas para os países periféricos desde a teoria estruturalista dos anos 1940/1950 até o ciclo desenvolvimentista do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 2000. O que se destaca é que, em maior ou menor grau, todas fracassaram em construir, de forma estável, uma sociedade efetivamente mais justa.

A partir daí, Carvalho afirma a necessidade de o país discutir urgentemente seu “modelo de desenvolvimento”, em um paralelo ao que o livro propõe como a constituição de um necessário e urgente “projeto nacional”.

## 3 POLÍTICAS E INICIATIVAS DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: POTENCIAIS EFEITOS SOBRE A FORMALIZAÇÃO E O EMPREGO

No levantamento e na análise das políticas e dos instrumentos do governo federal para apoio ao segmento das MPMEs (*Se a canoa não virar – um panorama das políticas públicas*), são tratados os seguintes elementos: a) os mais relevantes instrumentos legais e regulatórios, voltados para as empresas de pequeno porte; b) a estrutura institucional direcionada para as MPMEs; c) os planos e as políticas de governo, com ênfase na inserção e no tratamento dado a essas firmas; e d) os programas e as ações específicas para fomentar o segmento.

Avançando nessa direção, o texto de Aretha A. P. Guimarães Trindade Zarlenga e Giovanni Silva Beviláqua, ambos do Sebrae, aprofunda a análise de alguns desses instrumentos, observando particularmente seus possíveis impactos na formalização e na geração de emprego. Concentram-se nos dois mais importantes marcos regulatórios específicos para o segmento: o regime tributário do Simples e a Lei do MEI (microempreendedor individual). Além desses, os autores analisam também um ponto que vem adquirindo extrema relevância para o segmento: a inclusão digital.

## 4 MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: CONCEITOS E ESTATÍSTICAS

O capítulo que trata do contexto analítico das políticas voltadas para as empresas de pequeno porte (*No escuro, todos os gatos são pardos – ou da baleia ao ornitorrinco – o contexto analítico das políticas para MPMEs*) evidencia a heterogeneidade que caracteriza o universo das “MPMEs”, e que não permite que estas sejam tratadas como uma “categoria única”, como, de modo geral, ocorre com as políticas para o segmento no país. Contudo, essas políticas horizontais acabam se distinguindo em função do critério classificatório utilizado para caracterizar o porte das firmas. É fato que não há consenso, em termos mundiais, desses critérios; contudo, a utilização de critérios diversos pelos agentes públicos de um mesmo país acaba por gerar não só dificuldades analíticas e interpretativas, como também na coordenação e na avaliação de impactos das políticas públicas.

É sobre essa dificuldade analítica que se debruça o artigo apresentado neste boletim por Andréa Bastos da S. Guimarães, Kátia C. Medeiros de Carvalho e Luiz Andrés Ribeiro Paixão, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tendo como base os dados de suas pesquisas estruturais (setoriais) anuais relativos ao ano de 2015, os autores realizam um interessante painel demográfico por porte das empresas e comparam algumas variáveis segundo dois critérios de classificação por porte: faturamento (critério para enquadramento no regime tributário do Simples) e pessoal ocupado. No que diz respeito ao painel demográfico, os resultados corroboram as expectativas. A população de empresas e o total de empregos são inversamente proporcionais ao porte em todos os setores da economia. Entretanto, a taxa de mortalidade e a mobilidade (entrada e saída de empresas no mercado) são diretamente proporcionais.

Quanto aos resultados obtidos na comparação das variáveis observadas<sup>4</sup> segundo o critério de classificação, todos mostram-se significativamente díspares, com destaque para aqueles que contemplam dados financeiros. Tal disparidade torna evidente a necessidade de que se discuta, a nível nacional, o estabelecimento de um critério único, capaz de homogeneizar as análises.

## 5 INFORMALIDADE: “O QUE É E O QUE NÃO PODE SER QUE NÃO É”

Sandro Pereira Silva inicia seu artigo destacando a problemática da caracterização da informalidade (tema do capítulo *Rumo ao fundo mais fundo do porão – a dimensão da informalidade no Brasil*) e as implicações desse fato em sua utilização como instrumento analítico imprescindível à compreensão da dinâmica econômico-social. Sustenta que a informalidade é definida mais por exclusão do que por afirmação, ou seja, “informal” seria tudo aquilo que “não é formal”. O livro citado sugere o conceito de semiformalidade, espaço econômico composto por situações nas quais operam, de forma articulada e complementar, atividades formais e informais. É integrado tanto por firmas formais, que realizam uma parcela de suas operações no âmbito da informalidade, quanto por atividades informais, que logram algum nível de formalidade em suas operações. O autor, ao debater o tema, chama a atenção para o fato de que esta categoria oferece um referencial analítico que permite superar as dificuldades decorrentes de uma categorização dicotômica e estática.

Na sequência, o autor analisa as implicações do processo de construção social da informalidade e da semiformalidade (assunto do capítulo *Perdendo o medo do escuro... – a construção social da informalidade e da semiformalidade no Brasil*). Tais implicações resultariam da trajetória pretérita de desenvolvimento econômico do país, determinando uma profunda desigualdade social resultante de uma heterogeneidade econômica que é fruto da inserção subordinada do Brasil nas cadeias globais de produção. Essa concepção implica o fato de que a

4. Número de empresas; pessoal ocupado; receita operacional líquida (total); salário médio mensal; receita operacional líquida média por empresa; e produtividade (do trabalho).

superação dessa desigualdade somente será possível por meio de um processo democrático que altere o construto simbólico que sustenta a semiformalidade.

## 6 A INOVAÇÃO E AS MPES: UMA BREVE ANÁLISE DO PERÍODO RECENTE

Em seu trabalho, Pedro Miranda e Priscila Koeller atualizam os estudos apresentados no capítulo *Fiat Lux!!! – a Inovação e as MPES* com base nos dados mais recentes divulgados pelo IBGE por meio da Pesquisa de Inovação (Pintec) 2014, ainda não disponíveis quando da elaboração do livro. A conclusão dos autores é que, ao longo do triênio 2012 a 2014, não se modificou de forma substancial a situação observada no triênio anterior. Ou seja, a propensão a inovar permanece correlacionada ao porte das empresas, assim como o dispêndio em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Contudo, as empresas de pequeno porte realizam maior esforço inovativo (gastos em inovação em relação à receita líquida de vendas), centrado principalmente em melhoria de processos. Além disso, a despeito de uma queda nesse indicador, permanecem sendo as que, em números absolutos, mais inovam na indústria brasileira. O fato a merecer destaque é que, durante o período, no cômputo geral dos indicadores, houve um avanço no desempenho das firmas de médio porte, fato que merece ser objeto de estudos mais aprofundados.